

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DIREITOS HUMANOS EM TEMPO DE PANDEMIA: UM DIÁLOGO FUNDAMENTAL

INTERCULTURAL EDUCATION AND HUMAN RIGHTS IN A TIME OF PANDEMIC: A FUNDAMENTAL DIALOGUE

Saléte Grando, Beleni; Marín, José

Beleni Saléte Grando

Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

José Marín

Universidade de Genebra, Brasil

Revista de Educação Pública

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

ISSN: 0104-5962

ISSN-e: 2238-2097

Periodicidade: Frecuencia continua

vol. 30, 2021

rep.ufmt@gmail.com

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/584/5842554016/index.html>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial 4.0 Internacional.

Ao definirmos este tema para o debate da educação durante a realização SEMIEDU 2020 – Educação Intercultural e Direitos Humanos em Tempo de Pandemia, buscamos articular diferentes contextos e perspectivas para a compreensão do atual momento vivido diante do desafio em manter a vida e superar um desconhecido e mortífero Coronavírus ou, simplesmente, o COVID-19. Contudo, buscamos também refletir e aprofundar princípios étnicos e políticos que se impõem aos educadores e aos demais setores sociais para mudar a realidade, desnudando o pensamento mítico e criando outras referências para o imaginário social a fim de romper o autoritarismo antidemocrático que tem ceifado a vida dos mais fragilizados na história da colonialidade latino-americana.

No Brasil e em especial em Mato Grosso, a vida não tem sido prioridade, e as contaminações e óbitos pela nova doença chegam em todos os lugares, mas de forma mais enfática nos grupos sociais cuja vida já é desqualificada pelas relações socioeconômicas e pelo racismo estruturante da perspectiva monocultural eurocentrada assumida na forma do capital. Assim como a vida da natureza não é considerada no avanço

violento do desenvolvimento econômico do agronegócio em grandes latifúndios, dos investimentos em gigantes hidroelétricas, em explorações do garimpo e das florestas, a vida das comunidades e de seus territórios tradicionais são ignoradas, e as comunidades tradicionais dos 43 povos originários que vivem no estado são fragilizadas.

A situação vivenciada pelo COVID-19, ignorada e até motivada em direção à mortalidade, como se observa no Brasil, se ampara na colonialidade do poder autoritário e etnocêntrico, que expressa de forma mais evidente a política econômica genocida que afeta a vida em todos os sentidos. No SemiEdu 2016, realizado pelo Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura^[1],

José Marín (2007) já demarcava essa lógica que desconsidera a vida: “El mundo de hoy, está confrontado a grandes desafíos que van desde la preservación de nuestros ecosistemas, hasta cómo imaginar de vivir juntos una cohabitación social y cultural regida por un mínimo de respeto y de dignidad para todos.”^[2] (MARÍN, 2007, p.478).

A contaminação e a degradação do planeta, em 2020, chega a todos os lugares e populações, mobilizando estratégias diversas que revelam formas próprias de viver e de se compreender como humanidade. Alguns poucos, mas com poder e camuflados pelo “senso comum”, atingem as racionalidades e culturas, opondo a ciência à vida, vulnerabilizando ainda mais as pessoas que historicamente já foram excluídas dos bens coletivos e econômicos na sociedade do capital.

A delimitação do tema deste SemiEdu 2020, no entanto, levou em consideração a educação e os direitos das pessoas que mais foram fragilizadas no período de pandemia. Nisso, além da temática central, organizamos três espaços temáticos relevantes para o debate: o direito das crianças, o direito das mulheres, o direito dos povos e pessoas marcadas pelo racismo estruturante da sociedade brasileira. Não por acaso, são esses segmentos os que mais sofreram violência de toda ordem neste período de morte, no abandono das casas e das comunidades, já anunciadamente expostas às vulnerabilidades promovidas pelo sistema autoritário e antidemocrático vivenciado.

Este cenário nos mobilizou a promovermos o debate em encontros virtuais, pois o distanciamento dos corpos era necessário para salvar vidas ao mesmo tempo em que o não isolamento social é vital para nossa saúde. A realização do SemiEdu potencializou as relações sociais, afetivas-intelectuais, para juntas assumirmos o desafio como pessoas e instituições do Brasil, da América Central, da África e da Europa, de intercambiar sentimentos e pensamentos, bem como pesquisas que nos auxiliam a compreender a realidade vivenciada neste momento dramático da vida no planeta, em que os direitos à vida de todos os humanos é colocado em cheque. Esse movimento coletivo nos levou ao debate qualificado da Educação Intercultural.

A conferência de abertura do Professor José Marín, peruano com matrizes ancestrais ameríndias, antropólogo e cidadão suíço, da Universidade de Genebra, sobre o tema do evento – Direitos Humanos e Educação Intercultural em Tempo de Pandemia – problematiza a relevância da radicalidade da perspectiva intercultural na transformação do mundo em que vivemos, a exemplo do Brasil e de povos latino-americanos, que objetiva romper com o colonialismo do conhecimento e do poder que mantém a geopolítica genocida que vivenciamos na atualidade.

Em sua fala, Marín afirma que a interculturalidade é uma proposição democrática, uma perspectiva que pode ser aplicada ao campo educativo em oposição à perspectiva monocultural que se impõe, de maneira arbitrária e autoritária, pelo estado e de forma mais evidenciada na atualidade pelos governos fascistas da América Latina, que governam como estado-nação, pautados num modelo europeu que não reconhece as diversidades linguística, cultural e ambiental que constituem esses territórios multiculturais em cada país.

Essa postura política se impõe como a mais cruel forma antidemocrática, cujos saberes e práticas sociais dos povos originários e afrodescendentes não são considerados como formas amplas e qualificadas para responder a esta realidade. Esse é o desafio para o qual a interculturalidade pode ser uma resposta, pois não se limita à educação, mas a todos os campos que podem descolonizar nosso imaginário, uma vez que, para Marín, é necessário descolonizar o saber para descolonizar o poder.

Em sua perspectiva, a interculturalidade não hierarquiza os diversos saberes, mas se dispõe a aprender em diálogo para encontrar respostas que rompam com o mito das relações autoritárias que eliminam as pessoas, descartando suas histórias e suas potencialidades de produzir a vida coletiva. A interculturalidade é, assim, uma posição política que se apresenta frente a esta pandemia que desvela como esse modelo monocultural impacta diretamente a vida dos grupos mais fragilizados socioeconomicamente e, em especial, os corpos marginalizados historicamente: os ameríndios e afrodescendentes, as crianças e as mulheres, entre alguns outros.

A Educação Intercultural, assim, é uma posição ética e política que assumimos quando nos colocamos o desafio de nos humanizarmos e nos reconhecemos como iguais independentemente de classe social, gênero, orientação sexual, idade, condições familiares ou escolares, nacionalidade, religião, entre outras formas próprias de nos identificarmos individual e coletivamente (MARÍN, 2017, p.482)

Assim, sob o tema Educação Intercultural e Direitos Humanos em Tempo de Pandemia, introduzimos os textos que seguem essa edição da Revista Educação Pública, com as convidadas e convidados para este debate, cujos recortes, como anunciamos, pautam as crianças, as mulheres e as relações étnico-raciais, dando vozes às pessoas que mais foram impactadas neste momento de crise a partir de uma perspectiva monocultural eurocentrada da vida em todo o planeta.

Abrimos essa introdução com parte da conferência de abertura do Professor Dr. José Marín sob o título Reflexiones de un antropólogo Andino-Amazonico de América del Sur, sobre el Coronavirus.

SOBRE LOS ANCIANOS CONFINADOS...

En las antiguas culturas indígenas de la región andina sud-americana, el peor castigo que se le podía imponer a una persona, era convertirlo en “Huaccha” (huérfano).

Los indígenas consideran, que la verdadera pobreza, no es material y que la verdadera pobreza, es la soledad física y espiritual.

Reducir a alguien, a la situación de huérfano, era expulsarlo del mundo social colectivo y reducirlo a la soledad impuesta. La soledad como castigo es una situación de vida, considerada como la más miserable de todas las condiciones de vida existentes.

Todos necesitamos a los demás, para construirnos. Nadie se construye solo. Necesitamos de los demás, para tejer las relaciones sociales, afectivas y emocionales que nos permiten existir.

La más simple relación social es interpersonal. El “yo”, que nos permite situarnos en la sociedad, es el “tu”, que nos dirigen los otros.

En la actual pandemia, que flagela a la humanidad ataca a los más frágiles y a los más pobres de la sociedad.

En algunos países europeos y en el mundo occidental, una de las medidas para resistir a este flagelo, ha sido la distanciamiento social. Esta medida es racionalmente justificada.

Esta imposición social, es aplicada a las personas de la tercera edad, so pretexto, que los mayores de 65 años constituyen una población considerada de alto riesgo, por lo tanto, son presas fáciles por el coronavirus.

Bajo estas circunstancias, la gente de la tercera edad, se ha visto confinada, aislada y excluida de sus relaciones familiares y sociales. Excluidos del fundamento socio-afectivo y emocional, con el mundo exterior, vitalmente necesario, como el oxígeno que necesitamos todos, para sobrevivir.

Sabemos, que la soledad y el aislamiento, puede ser muy negativos, para la salud mental de las personas ancianas. La gran mayoría de los muertos de la tercera edad, en Italia, España y otros países, a causa de la Pandemia, murieron solos y muchos de ellos, en el total aislamiento.

Pienso, que esta experiencia, puede servir como una referencia, que puede ayudarnos a reflexionar sobre la nocividad de esta medida y que nos puede ayudar a corregir, los efectos perversos de la misma.

Esta decisión de distanciar a los ancianos de sus familiares y de las personas próximas, ha hecho sufrir mucho, a quienes las han soportado. En algunos casos, como en Italia y España, algunos ancianos han muerto, privados de la atención médica necesaria, para aliviar sus agonías.

La reflexión intercultural nos permite, de aprender de las otras culturas. Ciertos principios de convivencia humana, que pueden servirnos, para mejor vivir y compartir con los demás. Asumir colectivamente la muerte, es menos doloroso, que morir en la soledad y en el abandono total.

En el caso de las personas de la tercera edad, en Europa Occidental, podemos constatar que, los ancianos, ya estaban confinados, en instituciones o sobrevivían solitarios en sus viviendas, ya antes de las medidas de distanciamiento, que impuso la pandemia.

Los ancianos sufren de la soledad, como una de las consecuencias, de la ruptura de la familia tradicional, en tanta institución tutelar de la comunidad familiar. La familia en tanto institución social, ha sido remecida y erosionada por la profunda crisis de la sociedad post - capitalista, que provocó el aumento de los divorcios y con ello, la fragmentación familiar y la individualización creciente de las personas.

La sociedad occidental ha sido remecida, por mutaciones socio-económicas y culturales profundas, provocadas por la Globalización, que han puesto a prueba a la sociedad y a su identidad como tal.

Además, debemos asumir, que esta crisis ha multiplicado el sentimiento de la ausencia del “futuro”, que ha ido erosionando el imaginario colectivo y ha alimentado la angustia y las incertidumbres crecientes, que han impuesto la pandemia actual. Nuestra identidad como especie está puesta en discusión.

LA PANDEMIA DESAFÍA LOS LÍMITES DE LA RACIONALIDAD CIENTÍFICA OCCIDENTAL...

Esta crisis constituye un verdadero desafío epistemológico.

¿Qué es lo que realmente sabemos del mundo que nos rodea? No somos los propietarios de ninguna verdad definitiva. Todo está en movimiento.

El coronavirus ha tenido la capacidad de desarticular los fundamentos del Neoliberalismo, en tanta ideología de la Globalización capitalista, que sostenía que: El mercado podía gestionar la salud pública...Esta es una falacia socio-económica, que viene de ser desbaratada ampliamente.

El mercado y la inteligencia artificial, no sola no pueden prevenir y asumir la pandemia, sino, tampoco puede y es incapaz, de asumir los problemas sociales que nos aquejan.

El Neoliberalismo impuso la austeridad económica sobre los programas económicos de la salud pública. Este hecho permitió el deterioro de los servicios de la salud pública. Situación que facilitó la expansión planetaria de la pandemia.

La deslocalización de la industria farmo química de los países occidentales hacia el Asia, fue promovida por la Globalización, que buscaba la disminución de los costos de producción. Los salarios miserables en el Asia, les permitía una extraordinaria rentabilidad a los inversores capitalistas del Occidente. Este hecho provocó una situación de dependencia de los insumos básicos, para asumir la crisis sanitaria.

La educación pública y las ayudas sociales también fueron las víctimas de estos preceptos de austeridad económica neoliberal. Estas políticas fueron aplicadas por los gobiernos sometidos al Fondo Monetario Internacional, provocando los mismos efectos perversos sobre la gran mayoría de personas más frágiles y precarizadas de este mundo. Todas estas formulaciones neoliberales han demostrado ser falsas.

La Globalización ha facilitado además, que la circulación migratoria de las personas, la expansión planetaria de la pandemia.

El Estado, como gestor social y político, y como producto de una construcción colectiva y democrática, ha demostrado ser una alternativa. Hemos descubierto en medio de la crisis, que las soluciones son y se construyen colectivamente. Hemos comprobado también, que el individualismo (otro paradigma Neoliberal) no es una posición alternativa, para asumir los desafíos colectivos, que nos impone la pandemia.

Necesitamos estar unidos y solidarios para ayudarnos mutuamente, en situaciones de catástrofes sanitarias, alimentarias o ecológicas futuras.

El Estado, tan denigrado por el Neoliberalismo, ha demostrado lo contrario. El Estado debe encarnar una dimensión social democrática y solidaria, al servicio de todas y de todos.

CORONA VIRUS Y NATURALEZA...SOMOS UNA ESPECIE VIVA MÁS...

Frente a la naturaleza y a nuestra madre tierra, Necesitamos en principio, de una gran modestia y de una enorme humildad, que nos permitan aceptar, que somos una especie viva más, entre muchas y que formamos parte de la naturaleza, de la biósfera.

Muchas especies vivas desaparecen todos los días y nosotros, también en tanto especie viva, podemos desaparecer... Y la naturaleza continuará de existir, como en el principio de los tiempos.

Somos seres vivientes, que tienen una existencia y una presencia muy reciente en este mundo, comparados a las bacterias, a los virus y otras formas de vida, que habitan la biósfera, desde hace millones de años. *Homo Sapiens*, es una especie, de las más recientes, en este escenario.

Estamos frente a un desafío, epistemológicamente enorme, que nos obliga a repensar la manera de cómo vivimos y construimos nuestras percepciones y elaboramos nuestros conocimientos. Este fue el argumento que sustentó el discurso colonial, que separó arbitrariamente la naturaleza del hombre, que luego creó la cultura, inspirada en su sola inteligencia racional, pretendiendo explicarlo todo.

Debemos recordar y podemos afirmarlo:

No puede haber cultura sin naturaleza. La naturaleza es la matriz y genera la vida y la cultura. Para los indígenas no hay cultura, sin naturaleza que la origina: "indígena sin territorio, es indígena muerto".

Para comprender la pandemia actual, necesitamos cambiar profundamente nuestro imaginario occidental, heredado del Judeo-Cristianismo, sobre el cual construimos nuestra visión del mundo antropocéntrica. Esta visión nos permitía sentirnos, como los patrones de la creación divina, de la cual nos afirmábamos, como los herederos universales y propietarios de la creación del mundo, que era el centro del universo.

Nuestra visión antropocéntrica y eurocéntrica, nos permitió, percibir e imaginar un mundo, en el cual, nosotros podíamos dominar y disponer de las otras formas de vida.

El Eurocentrismo, como identidad cultural y política dominante, se encargó de explicar el mundo occidental, como única referencia válida desde el siglo XV, que marcó el inicio de los imperios coloniales liderados por España, Portugal, Francia, Holanda, Bélgica y los imperialismos, como el inglés y el norteamericano, que le sucedieron hasta nuestros días.

Frente a la exigencia de explicarnos las múltiples dimensiones y realidades, que nos impone la pandemia, necesitamos imaginar la construcción de una visión global y multidimensional, para abordar una reflexión sobre la pandemia del Coronavir19. Estamos frente a nosotros, tratando de comprender y ubicarnos, en este laberinto de incertidumbres. Creemos, que la historia nos podría ayudar...

BREVE HISTORIA DE LOS DESENCUENTROS ENTE CULTURA Y NATURALEZA, ENTRE EL OCCIDENTE Y EL RESTO DEL MUNDO

Valdría recordar, que a mediados del siglo XVI, se realizó la Controversia de Valladolid, en España (1550-51). ¿Este hecho histórico, fue una disputa teológica, para saber, si los indígenas de América poseían un alma, o no?

Esta confrontación ocurrió, entre el Padre Dominicó Bartolomé De las Casas, que defendía y afirmaba, que los indígenas eran seres humanos y que poseían un alma y el teólogo Juan Ginés de Sepúlveda, que lo rebatía en el sentido de que, los indígenas no eran humanos y no poseían en consecuencia un alma. La conclusión

era, que formaban parte de la animalidad, de la cual el hombre, en tanto, que perteneciente a la Humanidad, podía disponer de las diferentes formas de vida.

Esta Polémica teológica y filosófica consagró la separación arbitraria de la especie humana, en dos categorías:

- Entre quienes pertenecían a la Humanidad, entre los que se encontraban los colonizadores y sus descendientes. Además, en tanto ellos, se consideraban parte de la creación divina. Entonces eran los legítimos herederos y poseían el derecho de disponer de la creación de su padre. Este hecho legitimó, la dominación de todas las otras especies vivas, incluidos la naturaleza, los indígenas y los esclavos africanos.
- Los indígenas y los africanos, al carecer de alma, formaban parte de la animalidad.

RACISMO Y MEMORIA HISTÓRICA

Esta premisa fue utilizada históricamente, para fundamentar el racismo colonial, que estableció las raíces del racismo, como ideología, hasta nuestros días. Este discurso justificó los efectos perversos del colonialismo y el post colonialismo, como la dominación, la denigración, la exclusión y la exterminación de los dominados.

El racismo organizó y jerarquizó la sociedad, fragmentándola, biológicamente, cultural y socialmente. Se utilizaron pretextos pseudocientíficos para justificar la ideología de la supremacía de la raza blanca, que hizo su camino a nivel planetario. Desde la guerra de recesión de los Estados Unidos, pasando por el surgimiento de una zaza superior Aria, que enarbolaron los Nazis de Alemania y la dolorosa experiencia Sudafricana del Apartheid, a la cual resituó el pueblo sudafricano. Esta gesta tuvo en Nelson Mandela, a su mentor más notable...

Actualmente, la ideología de la Supremacía de la raza blanca en los Estados Unidos, que vertebró al Ku Klux Klan es promovida por Steve Bannon, que tuvo a su cargo la dirección de la campaña electoral y fue asesor del primer gobierno de Donald Trump.

En 2019, Steve Bannon, durante las últimas elecciones europeas, asesoró a Marina Le Pen en Francia, a Mateo Salvini en Italia y a Víctor Orban en Hungría. Líderes de la extrema derecha racista europea. Igualmente, Bannon apoya al gobierno de Jair Bolsonaro, en el Brasil.

Si las razas, biológicamente no existen; el racismo si existe, como ideología, Esta se sustenta en las categorizaciones y jerarquizaciones biológicas y sociales, que tanto fragmentan a diario, la especie humana.

La separación de la especie humana, entre la Humanidad y la animalidad, fue el argumento, para justificar el tráfico esclavo de los africanos y la explotación, la dominación y el genocidio de los pueblos indígenas de América.

Los colonialistas eran considerados, como los herederos del creador divino y de toda su obra. Es así, como pudieron, sin ninguna culpabilidad, disponer de la naturaleza, de los esclavos africanos y de los indígenas, que formaban parte de la animalidad.

El fundamento de la separación entre la cultura y la naturaleza, fue el que sustentó la visión del mundo occidental, que aisló al hombre de las otras especies vivas.

La pandemia nos recuerda, que esta falacia de la separación del hombre, de las otras formas de vida existentes en la naturaleza, lo llevó a tener un comportamiento depredador, durante siglos. Este hecho, justificó la ejecución del ecocidio, que sufrió la naturaleza.

El comportamiento del hombre, como un eterno conquistador y destructor de la naturaleza, es el origen del caos inicial, cuyos efectos perversos los vivimos ahora, con la degradación creciente, de los espacios que habitamos.

TODA ACCIÓN PROVOCA UNA REACCIÓN...

La destrucción de los ecosistemas, la deforestación de los bosques, que este proceso de destrucción desarrolla, implica diariamente el desalojo y la expulsión de millones de seres vivos, de sus respectivos habitats, de sus lugares de vida.

Estos hechos, obligan a las víctimas que sobreviven, a adaptarse, a migrar, en la búsqueda desesperada, de otras formas de sobrevivencia.

Pienso, en los animales, como los murciélagos, que habitaron los bosques, que milenariamente los alojaron, Después de la deforestación y la destrucción de sus ecosistemas, se fueron a las áreas urbanas, llevando con ellos a sus virus respectivos. Estos, de una manera explicable se trasladaron al hombre para alojarse en él... Como quien busca al verdadero culpable de su tragedia.

Mirémonos al espejo, tenemos rasgos similares a los de los piojos huérfanos. Con la mirada pérdida y asfixiados por las incertitudes y las ansiedades que nos poseen, en medio de la constatación, de la desaparición del futuro...

Y además, sobrevivimos, con la sola certitud, que las desigualdades y el egoísmo crecen y se multiplican, precarizando nuestras existencias, con la única seguridad, que nada de la vieja vida social del pasado reciente, que nos recuerde algo, seguirá existiendo ahora y en el futuro [...].

Considerando suas contribuições fundamentais para apresentarmos a nossa opção temática neste SemiEdu 2020, evento anual de educação do PPGE (Programa de Pós-Graduação em Educação) da Universidade Federal de Mato Grosso, os grupos de pesquisa que se ocupam da educação das crianças e das professoras da Educação Pública em Cuiabá, o COEDUC (Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura), e o GPPIN (Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância) consideram relevantes suas reflexões para introdução dos demais temas debatidos nas mesas temáticas do evento.

Um debate que implica, necessariamente, um diálogo de muitas vozes: das crianças, das mulheres, das pessoas e comunidades afrodescendentes e dos povos originários, assim como as vozes de nossas convidadas e convidados de Moçambique, do México, de Portugal e dos diferentes contextos do Brasil.

NOTAS

- [1] Prof. Dr. José Marín é pesquisador e colaborador do grupo de pesquisa. Seus textos e palestras compõem o acervo das formações realizadas pelo grupo para a promoção da Educação Intercultural e estão disponíveis no site do grupo: <http://www.coeducufmt.org/>
- [2] MARÍN, J. Eurocentrismo, el racismo y interculturalidad en el contexto de la globalización. Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 26, n. 62/2, p. 477-491, 2017. DOI: 10.29286/repv26i62/2.5473. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5473>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- [3] Fragmentos da conferência Abertura do SemiEdu 2020 - Direitos Humanos, Pandemia e Educação Intercultural - José Marín – disponível no YouTube do Cefapro Cuiaba - <https://www.youtube.com/watch?v=fTA1B75LxKc>
- [4] Notas iniciais de introdução.